

Governo prepara novos cortes para reduzir o déficit

Uma das idéias é limitar por decreto as despesas num nível inferior ao previsto pelo Orçamento e aprovado pelo Congresso

Maria Luiza Abbott

BRASÍLIA. O Governo prepara novos cortes de gastos para dar um choque de credibilidade. A equipe econômica está trabalhando aceleradamente para apresentar as medidas ainda na próxima semana ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Uma das alternativas é a edição de um decreto fixando um limite máximo para as despesas inferior aos tetos pre-

vistos no Orçamento da União, aprovado na última quarta-feira pelo Congresso.

Segundo um interlocutor do ministro da Fazenda, Pedro Malan, o Governo concluiu que é preciso acabar de vez com os boatos de que estaria sendo preparada uma reestruturação da dívida interna. A resposta seria aumentar o superávit primário (que exclui os gastos com juros), abrindo espaço para maior credi-

bilidade do aperto na política monetária. Ou seja, o mercado tem feito projeções de crescimento explosivo da dívida interna sob o impacto da desvalorização e do aumento de juros. Dessa forma, põe em dúvida a manutenção de uma política de juros altos e restrição monetária, já que os custos não poderiam ser pagos.

Com novas medidas de ajuste fiscal, o Governo reverteria essas expectativas. Além dos cortes,

uma das alternativas em estudo é intensificar o programa de privatização, e não está afastada a possibilidade de incluir a Petrobras Distribuidora na lista de bens a serem vendidos. O ministro Malan chegou a anunciar ainda em Washington, depois que o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou o regime de livre flutuação cambial, que novas medidas de ajuste fiscal seriam adotadas. No entanto, os políticos reagiram

a essa declaração e o ministro recuou, temendo dificultar as votações do ajuste fiscal que estavam em andamento.

Ontem, em reunião com políticos do PFL e do PSDB, Malan recebeu a demonstração de que a base parlamentar do Governo considera que nenhum custo político é maior do que uma inflação de dois dígitos. Por isso, os parlamentares estão dispostos a apoiar novos cortes de gastos e

um aperto da política monetária. Esse seria o caminho para conter a volta da carestia, a palavra mais temida entre os eleitores, segundo um dos políticos que participou do encontro. Malan assumiu um compromisso público com os políticos que o Governo não adotaria qualquer medida não convencional. Isto é, não recorreria à centralização cambial ou à reestruturação da dívida interna para resolver a crise. ■